



APENSADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:

(DO SR. ENIO BACCI E OUTROS)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Acréscce inciso VIII ao artigo 1º da Lei 8.072 de 25/07/90, que dispõe sobre crimes hediondos e dá outras providências.

DESPACHO:

01/07/98 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 4.628, DE 1998)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM / /

REGIME DE TRAMITAÇÃO

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /

PROJETO DE LEI Nº

4.668

DE 1998

CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 4.668, DE 1998
(DO SR. ENIO BACCI E OUTROS)

Acresce inciso VIII ao artigo 1º da Lei 8.072 de 25/07/90, que dispõe sobre crimes hediondos e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 4.628, DE 1998)



CÂMARA DOS DEPUTADOS



JUSTIFICATIVA

Foi aprovado pela Câmara e Senado, projeto aumentando as penas para os delitos de falsificação e adulteração de medicamentos, previstos nos arts. 272 e 273 do Código Penal Brasileiro.

Apesar da divulgação de que estes crimes tenham passado a classificação de delitos hediondos, os mesmos pelo projeto aprovado apenas tiveram o acréscimo da pena, sem qualquer outra mudança.

Destarte, apresento projeto acrescentando ao rol de crimes hediondos, definidos pela lei 8.072, os delitos citados.

Sala de sessões, 01/10/98.

ENIO BACCI
Deputado Federal
PDT/RS

02/07/98



DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940

CÓDIGO PENAL.

PARTE ESPECIAL

.....

TÍTULO VIII

Dos Crimes Contra a Incolumidade Pública

.....

CAPÍTULO III

Dos Crimes Contra a Saúde Pública

.....

- Corrupção, adulteração ou falsificação de substância alimentícia ou medicinal

Art. 272 - Corromper, adulterar ou falsificar substância alimentícia ou medicinal destinada a consumo, tornando-a nociva à saúde:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º - Está sujeito à mesma pena quem vende, expõe à venda, tem em depósito para vender ou, de qualquer forma, entrega a consumo a substância corrompida, adulterada ou falsificada.

- Modalidade culposa

§ 2º - Se o crime é culposos:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

- Alteração de substância alimentícia ou medicinal

Art. 273 - Alterar substância alimentícia ou medicinal:

I - modificando-lhe a qualidade ou reduzindo-lhe o valor nutritivo ou terapêutico;

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI"



II - suprimindo, total ou parcialmente, qualquer elemento de sua composição normal, ou substituindo-o por outro de qualidade inferior:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem vende, expõe à venda, tem em depósito para vender ou, de qualquer forma, entrega a consumo a substância alterada nos termos deste artigo.

- Modalidade culposa

§ 2º - Se o crime é culposos:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 6 (seis) meses, e multa.

.....
.....



LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990

DISPÕE SOBRE OS CRIMES
HEDIONDOS, NOS TERMOS DO ART.
5º, INCISO XLIII, DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL, E DETERMINA OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei número 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados:

I - homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V);

II - latrocínio (art. 157, § 3º, "in fine");

III - extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º);

IV - extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159, "caput", e §§ 1º, 2º e 3º);

V - estupro (art. 213 e sua combinação com o art. 223, "caput" e parágrafo único);

VI - atentado violento ao pudor (art. 214 e sua combinação com o art. 223, "caput" e parágrafo único);

VII - epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º).

* Artigo, "caput", com redação dada pela Lei número 8.930, de 06/09/1994.

Parágrafo único. Considera-se também hediondo o crime de genocídio previsto nos artigos 1º, 2º e 3º da Lei número 2.889, de 1º de outubro de 1956, tentado ou consumado.

* Parágrafo com redação dada pela Lei número 8.930, de 06/09/1994.

.....

.....